

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-96-3

DOI 10.22533/at.ed.963181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 1 da obra “Qualidade e Políticas Públicas na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AGENDA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS TRANSPLANTADAS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS	
<i>Luziane Said Cometti Lélis</i>	
<i>Dinair Leal da Hora</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819121	
CAPÍTULO 2	12
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ACERCA DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Gilvânia Guedes Teixeira</i>	
<i>Horácio Medeiros Júnior</i>	
<i>Vânia Aparecida Calado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819122	
CAPÍTULO 3	22
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	
<i>Ana Maria Maciel Rinaldi</i>	
<i>Kelci Anne Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819123	
CAPÍTULO 4	30
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA	
<i>Jaqueline de Sousa Batista Figueiredo</i>	
<i>Luis Enrique Aguilar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819124	
CAPÍTULO 5	47
A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016	
<i>Greicimara Vogt Ferrari</i>	
<i>Ana Paula Colares Flores Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819125	
CAPÍTULO 6	55
A EVASÃO E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU): REFLEXÕES NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Janete dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819126	
CAPÍTULO 7	64
A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE	
<i>Janaina de Oliveira</i>	
<i>Natalia Maria Casagrande</i>	
<i>Diego José Casagrande</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819127	

CAPÍTULO 8	76
A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS	
<i>Julyette Priscila Redling</i> <i>Renata Cristina Geromel Meneghetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819128	
CAPÍTULO 9	89
A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
<i>Tainá da Silva Bandeira</i> <i>Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819129	
CAPÍTULO 10	99
A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL COMO REFLEXO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i> <i>Eilizabeth Miranda de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191210	
CAPÍTULO 11	111
A RELAÇÃO ENTRE FUNDEB, MATRÍCULAS, CUSTO ALUNO E PSPN: O CASO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (2008-2014)	
<i>Amilka Dayane Dias Melo Lima</i> <i>Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191211	
CAPÍTULO 12	125
A TRAJETÓRIA DE LEGITIMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO	
<i>Leandro Aparecido de Souza</i> <i>Alberto Albuquerque Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191212	
CAPÍTULO 13	132
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	
<i>Rubens Luiz Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191213	
CAPÍTULO 14	146
ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i> <i>Renata Manuely de Lima Rêgo</i> <i>Victor Vasconcelos de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191214	
CAPÍTULO 15	153
APROVAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS E OS DESAFIOS PRESENTES NO CENÁRIO NACIONAL	
<i>Edson Ferreira Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191215	

CAPÍTULO 16	169
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS	
<i>Maurício José dos Santos Silva Eugenia</i>	
<i>Portela de Siqueira Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191216	
CAPÍTULO 17	181
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA	
<i>Rodrigo Simão Camacho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191217	
CAPÍTULO 18	192
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS FLORESTAS DO MARAJÓ/PA: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS PARA O ENTENDIMENTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS MARAJOARAS	
<i>Alexandre Augusto Cals e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191218	
CAPÍTULO 19	205
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NOS PROCESSOS DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	
<i>Luiz Carlos Lückmann</i>	
<i>Éden Luciana Böing Imhof</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191219	
CAPÍTULO 20	221
CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191220	
CAPÍTULO 21	238
CULTURA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS SOBRE A CULTURA DE GANZA	
<i>Tereza de Fatima Mascarin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191221	
CAPÍTULO 22	244
CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?	
<i>Célia Maria David</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191222	
CAPÍTULO 23	249
DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ	
<i>Marcos Torres Carneiro</i>	
<i>Maria Aparecida de Queiroz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191223	
CAPÍTULO 24	253
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC	
<i>Lucilene Ferreira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191224	
SOBRE A ORGANIZADORA	266

CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?

Célia Maria David

Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.(FCHS).UNESP/Franca/ SP

RESUMO: No ano de 2008 a Secretaria de Estado de Educação do Estado de São Paulo propôs uma nova proposta curricular, hoje Currículo do Estado, na realidade, um plano político para a melhoria dos indicadores de qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas estaduais de Educação Básica. Como professora de Prática de Ensino de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP/ Franca interessou-me analisar os mecanismos de elaboração e implantação do currículo de História. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada sob os vieses documental e de campo, tendo como pano de fundo a longa duração histórica, em cujo percurso foi possível desvelar mudanças e persistências como indicadores das relações que configuram a dimensão social das políticas educacionais brasileiras, assente nas expressões ideologia e poder.

PALAVRAS-CHAVE: currículo. política educacional. mudanças e persistências.

ABSTRACT: In 2008, the State Secretariat of Education of the State of São Paulo proposed

a new curricular proposal, currently State Curriculum, in reality, a political plan for the improvement of indicators of quality of education offered by state public schools of Elementary School. As a professor of History Teaching Practice at the Faculty of Human and Social Sciences of UNESP / Franca, I was interested in analyzing the mechanisms for the elaboration and implementation of the History curriculum. The qualitative research was carried out under the documentary and field biases, having as background the long historical duration, in the course of which it was possible to reveal changes and persistences as indicators of the relations that configure the social dimension of Brazilian educational policies, based on the expressions ideology and power.

KEYWORDS: curriculum. Educational policy. changes and persistence.

O Currículo do Estado de São Paulo, em curso desde o ano de 2011, é

fruto de um plano político para a melhoria dos indicadores de qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas estaduais de Educação Básica do Estado de São Paulo.

Tratou-se de uma empreitada organizada e conduzida por Maria Helena Guimarães de

Castro, que fora nomeada para a pasta da Secretaria da Educação, após sete meses do início da gestão do governador José Serra, em 2007. Estava em pauta, de maneira preocupante para a imagem da educação paulista, o baixo desempenho dos alunos nas avaliações do Prova Brasil, Enem, Saesp. Portanto o Currículo do Estado de São Paulo nasceu como proposta de mudança sustentada pelo *layout* de divisor de águas e a concepção de uma educação à altura dos desafios contemporâneos.

Este é o tema que este artigo se propõe a discutir embasado em pesquisa documental e de campo, realizada pela autora no período de 2008-2010. O recorte delimitou-se ao currículo de História, objeto de estudo da pesquisadora que é Professora de Prática de Ensino de História. Buscou-se fundamentar os efeitos e repercussões do processo de implantação e implementação do mesmo, até os dias de hoje. Para além de uma pesquisa delimitada à Rede Oficial de Ensino da cidade de Franca/ SP este trabalho, propõe-se representativo do processo nas escolas públicas estaduais de todo o Estado.

A parte documental foi orientada pelo Kit de documentos que compõe o currículo em questão: Cadernos do Gestor, do Professor e do Aluno, alicerçada pelas orientações constantes do site do Programa São Paulo faz Escola. O trabalho de campo delimitou-se às escolas públicas estaduais de Franca e contou com a participação de alunos estagiários do 4º ano do Curso de História. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores de História, a equipe gestora das escolas pesquisadas e representantes da Diretoria Regional de Ensino com o objetivo de se analisar o currículo prescrito, em ação: na dinâmica escolar e os reflexos na sala de aula.

Fundamentou-se teoricamente em dois princípios: um representado pela longa duração braudeliana, que se distingue por demarcar, no lentíssimo movimento do processo mental, persistentes valores seculares que se impõem por verdades estabelecidas (BRAUDEL, 1990, p.80,81). O outro `a concepção de que a construção do currículo não é neutra, como bem se expressa Goodson:

O processo de fabricação do currículo não é um processo lógico, mas um processo social, no qual convivem lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais menos “nobres” e “menos formais”, tais como interesses, rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça, ao gênero (1995, p. 8).

Nesta perspectiva importou perceber de que modo os princípios teóricos e didáticos metodológicos norteadores da proposta articulavam-se com a prática pedagógica do professor de História do Ciclo II, do Ensino Fundamental, provocando mudanças ou persistências. Ademais, indicou-se a necessidade de se perceber, numa abrangência maior, em que grau as políticas que norteiam o local, o regional e o nacional constituem-se em expressões de tendências que se impõem internacionalmente. Estamos diante de uma reforma curricular, e como nos lembra Palma Filho (2004, p.

90) no caso brasileiro, “[...] talvez em razão de nossa ascendência ibérica, o currículo sempre foi um forte fator de controle social.”

Para não desmentir a história o discurso que sustentou a elaboração de uma nova Proposta Curricular, trouxe como *leitmotiv* uma reação à ineficiência da “tática descentralizada” da lei de Diretrizes e Bases, “que deu autonomia às escolas para que definissem seus próprios projetos pedagógicos” (SÃO PAULO, 2008). Se a tática descentralizada revelou-se ineficiente, como bem se expressou a então Secretária da Educação, a contradita está posta na centralização do procedimento. A ação imediata reafirma-se com a apresentação de uma proposta curricular “organizada e integrada”, que se desponha como “divisor de águas para a educação paulista”. (MURRIE, 2008).

O currículo em análise nasceu alinhado ao Programa São Paulo faz Escola, expresso em cinco ações:

1. Implantação de Base Curricular Comum para toda a rede estadual (Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio);
2. Divulgação dos conteúdos básicos de aprendizagem para todas as séries;
3. Distribuição das propostas curriculares (por disciplina e orientações de práticas de sala de aula para os professores);
4. Seleção de 8 mil Professores Coordenadores para apoio à implantação e orientação do programa.
5. Implantação da avaliação bimestral dos alunos e de processos contínuos dirigidos de recuperação (MURRIE, 2008, v. 1, p. 30).

São cinco ações integradas, de tal forma e suposta eficiência, que o quadro de descrédito da educação paulista se reverteria no curto espaço de dois anos (2008-2010), período correspondente à implantação do currículo.

A primeira ação chamada- Implantação de Base Curricular Comum teve curso por intermédio do que se chamou Recuperação da Aprendizagem, com duração de 42 dias, para todas as disciplinas com ênfase em habilidades de leitura e produção de textos, referendados pelos resultados do Saesp/2005.

A seleção de oito mil Professores Coordenadores para apoio à implantação e orientação do programa foi a ação chave na prescrição do Currículo: os Professores Coordenadores representaram e representam a extensão do braço da Secretaria de Educação Estadual na gestão do currículo dentro das escolas, e das salas de aula.

A última ação - implantação da avaliação bimestral dos alunos e de processos contínuos e dirigidos de recuperação fez-se sob a Plataforma do IDESP e do Adicional por Qualidade, salvo melhor juízo, fomentando a competição, que recupera o malfadado fracasso escolar, agora, não só do aluno, mas do professor, da escola e da própria Diretoria de Ensino.

Preparado o terreno e dado o pontapé inicial, a Proposta Curricular teve curso a

partir do mês de março de 2008. Dentro da matriz estabelecida pelas ações iniciais as escolas receberam o *Kit* de Documentos que a compõem:

- a) Documento 1: Composto por 12 Cadernos, um para cada disciplina do Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio.
- b) Documento 2: Caderno do Gestor, disposto em três volumes; elaborados especialmente para subsidiar o trabalho do Professor Coordenador;
- c) Documento 3: Caderno do Professor organizado por bimestre, por disciplina e série. Os conteúdos do bimestre são dispostos em Situações de Aprendizagem.
- d) Documento 4: Caderno do Aluno que se constitui basicamente de um plano de atividades e exercícios para o aluno desenvolver a partir das Situações de Aprendizagem.
- e) Vídeos com a participação dos especialistas organizadores da Proposta, CDs com conteúdo de apoio para as atividades, disponibilizados no site da Secretaria da Educação do Estado (DAVID, 2010, p.37-39).

Importa lembrar que esta não foi a primeira Proposta Curricular do Estado. A primeira com sentido emblemático para o ensino de História pode ser localizada nos Guias Curriculares que subsidiaram a implantação da Lei Federal nº 5692/7. A segunda, aliada ao processo de redemocratização do país, foi fruto das discussões que tiveram curso a partir dos anos de 1980, e, no atinente à educação, culminaram na publicação das Propostas Curriculares para todas as disciplinas. Nesta pauta a Proposta Curricular de História teve sua versão final publicada em 1992.

A História, na Proposta Curricular/1992, fundamentou-se na chamada

História Nova (LE GOFF, 1995). Por intermédio de uma abordagem que dispôs os conteúdos históricos em eixos temáticos representou uma reação deliberada contra a chamada história tradicional, eurocêntrica, de divisão quadripartite evolutiva (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), definida a partir de documentos oficiais, onde ao aluno, de maneira passiva cabia “engolir” o conhecimento pronto, incontestável. A questão chave da então Proposta era o processo ensino-aprendizagem distinguindo o aluno como sujeito da História e do seu conhecimento; visava-se formar a visão crítica da História.

No currículo em questão os conteúdos são apresentados no Documento 1: dispostos por séries e divididos por temas ordenados nos quatro bimestres do ano letivo, privilegiando a ordenação cronológica, que expressa a visão progressiva da História, num claro retrocesso às conquistas que tiveram curso a partir dos anos de 1980, a saber: os eixos temáticos cedem lugar a conteúdos fixos, precedidos pela apresentação de conceitos considerados principais, e que em nenhum momento nas orientações para o desenvolvimento das aulas, são retomados. São eles: tempo e sociedade, história e memória, história e trabalho e cultura e sociedade.

Os conteúdos estão dispostos no Caderno do Professor por intermédio das Situações de Aprendizagem onde constam os objetivos e o plano de desenvolvimento

da mesma contendo: tempo previsto, conteúdos e temas, competências e habilidades, estratégia, recursos e avaliação. O roteiro de trabalho, como verdadeira cartilha, é estabelecido passo- a passo em termos determinantes: “Comece a situação de Aprendizagem perguntando aos alunos...” [...] mostre a importância do Nilo para o Egito Antigo”; “ao final da Sondagem e sensibilização apresente os documentos...”. (SÃO PAULO, 2009, p13 e 14).

Fica evidente que, no Currículo de História, objeto desta análise, aprender História se reduz à apropriação dos conteúdos na perspectiva da educação bancária de Paulo Freire, partindo-se do princípio de que todos os alunos estão no mesmo patamar. A visão crítica da História reduz-se à memorização de conhecimentos considerados verdadeiros. Desconsidera-se o homem, sujeito histórico e agente da História.

Os resultados indicaram que se colocou em xeque a autonomia da escola na elaboração do seu Projeto Político Pedagógico e do professor em sua prática. Ademais, o formato padronizado foi imposto de maneira verticalizada e prevaleceu em detrimento das especificidades regionais, locais e das escolas em seus elementos físicos, materiais e humano.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernando. História e ciências sociais. 6. ed. Lisboa: Presença, 1990.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Carta da Secretária. In: FINI, Maria Inês (Coord.). **Proposta curricular do Estado de São Paulo: história: ensino fundamental – ciclo II e médio.** São Paulo: SEE, 2008.

DAVID, Célia Maria. **Currículo de História-mudanças e persistências:** a proposta curricular do Estado de São Paulo/2008 (Tese de Livre-Docência-Área de Concentração-Educação) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. UNESP/Franca, 2010, 301 fl.

GOODSON, Ivor F. **Currículo:** teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** Tradução de Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MURRIE, Zuleica de Felice. **Caderno do gestor:** gestão do currículo na escola. São Paulo: SEE, 2008. v. 1.

PALMA FILHO, João Cardoso. A crise geral do capitalismo real e as políticas públicas para o setor educacional. In: PALMA FILHO, João Cardoso; TOSI, Pedro Geraldo. (Org.). **Política e economia da educação.** São Paulo: Ed. UNESP, 2004. (Pedagogia cidadã. Cadernos de formação).

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Proposta curricular para o ensino de história: 1º grau.** São Paulo, 1992.

SÃO PAULO. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: História.** Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Caderno do Professor:** história, ensino fundamental-5ª série, v.2. São Paulo, SEE, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-96-3



9 788585 107963